

Autos nº 01870.2004.000.03.00.1-AR – Relatora Maria Lúcia Cardoso Magalhães – Publicação: 02/09/2005

AÇÃO RESCISÓRIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ACORDO JUDICIAL - LIMITAÇÃO TEMPORAL DA CONSTATAÇÃO DE OBSERVÂNCIA OU NÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER PACTUADAS JUDICIALMENTE

1 - Tendo as partes celebrado acordo judicial estabelecendo a possibilidade de execução da multa diária pactuada a cada vez que for constatada o descumprimento das obrigações de fazer e não fazer objeto do acordo, este deve ser cumprido tal como livremente pactuado, não comportando a "res judicata" interpretação restritiva de forma a permitir a extinção da demanda, com o arquivamento dos autos por ter a multa decorrente dos descumprimentos até então verificados sido regularmente quitada.

2 - Esse posicionamento encontra respaldo na própria razão de ser da Ação Civil Pública, por se tratar de ação que tem por escopo a obtenção de provimento jurisdicional de natureza inibitória dos atos suscetíveis de repetição, compelindo o demandado a cessar a prática ilegal verificada, não sendo passível de qualquer limitação e, assim, também por estes fundamentos, o compromisso assumido pela ré no acordo homologado deve vigorar por prazo indeterminado, vez que uma das utilidades e objetivos da ação civil pública é o de resguardar não só direitos ou interesses difusos e coletivos presentes como também os futuros.

3 - Ação Rescisória que se julga procedente para expungir do v. acórdão rescindendo a extinção definitiva do feito, mantendo íntegro o acordo homologado de forma a possibilitar novas constatações de seu cumprimento ou descumprimento.

Processo Nº AP-61100-40.2007.5.03.0021

Relatora: Desembargadora Maria Lucia Cardoso Magalhaes

Agravante: Ministério Público do Trabalho

Agravadas: A & C Centro de Contatos S.A. e outra

EMENTA: COISA JULGADA. CUMPRIMENTO DA EXECUÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. O título judicial deve ser integralmente cumprido, sendo incabível a extinção da execução, com o arquivamento definitivo dos autos, sem que tenha a executada comprovado o cumprimento da obrigação de fazer que lhe foi imposta pela res judicata.

DECISÃO: A Turma, à unanimidade, conheceu do agravo de petição; no mérito, sem divergência, deu-lhe provimento para, reformando a r. decisão que extinguiu definitivamente o feito, determinar o regular processamento da execução, devendo a reclamada ser intimada para comprovar o cumprimento da obrigação de fazer que lhe foi imposta pelo título judicial, sob pena de pagamento da multa estabelecida no comando exequendo. As custas, no importe de R\$ 44,26 (quarenta e quatro reais e vinte e seis

centavos), conforme art. 789-A, inciso V da CLT (redação conferida pela lei 10.537/2002), deverão ser suportadas, ao final, pela executada.